



Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Segurança Pública
Polícia Militar

EDITAL N.º 009/DEIP/PMMT/2025, DE 09 DE JUNHO DE 2025

**PROCESSO SELETIVO INTERNO PARA INGRESSO
NO CURSO DE ADAPTAÇÃO DE OFICIAIS
COMPLEMENTAR - CAOC**

PROVA OBJETIVA – MÉRITO INTELECTUAL

Caderno de Prova

Nome do Candidato



Supervisão de Concursos

INSTRUÇÕES

LEIA COM ATENÇÃO

1. Este Caderno de Prova, com páginas numeradas de 1 a 29, é constituído de **80 (oitenta)** questões objetivas, cada uma com **5 (cinco)** alternativas, assim distribuídas:

01 a 30 – Conhecimentos de Língua Portuguesa e Gestão Pública (Administração Pública e Gestão Estratégica) (CLPAP)

31 a 45 – Conhecimentos de Polícia Judiciária Militar (CPJM)

46 a 60 – Conhecimentos de Legislação de Interesse Policial Militar (CLIPM)

61 a 80 – Conhecimentos Profissionais (CP)

2. Caso o Caderno de Prova esteja incompleto ou tenha qualquer defeito de impressão, solicite ao fiscal que o substitua.
3. **Sobre a Marcação do Cartão de Respostas**

As respostas deverão ser transcritas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta não porosa, fabricada em material transparente, para o Cartão de Respostas, que será o único documento válido para correção.

- 3.1. Para cada questão existe apenas uma alternativa que a responde acertadamente. Para a marcação da alternativa escolhida no **CARTÃO DE RESPOSTAS**, pinte **completamente** o círculo correspondente.

*Exemplo: Suponha que para determinada questão a alternativa **C** seja a escolhida.*

N.º da Questão
☐ A
☐ B
☒ C
☐ D
☐ E

- 3.2. Marque apenas uma alternativa para cada questão.
 - 3.3. Será invalidada a questão em que houver mais de uma marcação, marcação rasurada ou emendada, ou não houver marcação.
 - 3.4. Não rasure nem amasse o **CARTÃO DE RESPOSTAS**.
4. Todos os espaços em branco, neste caderno, podem ser utilizados para rascunho.
 5. A duração da prova é **5 (cinco)** horas, já incluído o tempo destinado ao preenchimento do **CARTÃO DE RESPOSTAS**.
 6. Somente após decorridas **2 horas e 30 minutos** do início da prova, o candidato, depois de entregar seu Caderno de Prova e seu Cartão de Respostas, poderá retirar-se da sala de prova. O candidato que insistir em sair da sala de prova antes desse tempo deverá assinar **Termo de Ocorrência** declarando sua desistência do concurso.
 7. Os **3 (três)** últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova e sair juntos após assinarem o **Termo de Aplicação de Prova (Ata de Sala)**.
 8. Será permitida a saída de candidatos levando o Caderno de Prova somente **na última meia hora** de prova.
 9. Na página **29** deste Caderno de Prova, encontra-se a **Folha de Anotação do Candidato**, a qual poderá ser utilizada para a transcrição das respostas das questões objetivas. Essa folha poderá ser levada pelo candidato para posterior conferência com o gabarito somente após decorridas **2 horas e 30 minutos** do início da prova.
 10. Após o término da prova, o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar ao fiscal o **CARTÃO DE RESPOSTAS** devidamente assinado e preenchido.

CONHECIMENTOS DE LÍNGUA PORTUGUESA E GESTÃO PÚBLICA (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO ESTRATÉGICA) (CLPAP)

QUESTÃO 01

A literatura, a poesia, a música também estão impregnadas de odes simbólicas à liberdade, desde o caetanamente “caminhando contra o vento, sem lenço e sem documento” até os fortes versos, que cito amiúde para revigorar, presentes em *Pesadello*, de Maurício Tapajós e P.C. Pinheiro, quando cantam “você corta um verso, eu escrevo outro, você me prende vivo, eu escapo morto...”.

Na primeira oração desse texto, a concordância verbal é feita no plural, pois que o sujeito é composto. Sobre casos de concordância verbal na escrita culta, analise as afirmativas.

- I. Em *Arquitetura ou Direito são as áreas mais procuradas pelos vestibulandos*, o verbo está no plural, pois se refere aos dois sujeitos ligados por OU com sentido de adição.
- II. Em *Mais de três candidatos chegaram depois de fechados os portões do estabelecimento*, o verbo está no plural, pois, com a expressão mais de, a concordância é feita com o numeral que a acompanha.
- III. Em *Grande parte dos torcedores se mostraram decepcionados com o desempenho dos jogadores*, o verbo está no plural enfatizando a ideia de pluralidade, pois a expressão grande parte de está seguida de substantivo no plural, mas também poderia o verbo ser usado no singular.
- IV. Em *Os Emirados Árabes Unidos é uma nação da península arábica composta por sete emirados*, o verbo está no singular, pois se trata do nome de um país, apesar de estar no plural.

Estão corretas as afirmativas

- [A] I, II, III e IV.
- [B] III e IV, apenas.
- [C] I, II e III, apenas.
- [D] II e IV, apenas.
- [E] I, III e IV, apenas.

QUESTÃO 02

Até o século 8 a.C., o ano do mundo romano da Antiguidade – do qual herdamos essas medidas – tinha apenas dez meses e se iniciava em 1º de março (*martius*), depois vinha *aprilis*, *maius*, *iunius* e, a partir daí, foram usados numerais (de 5 a 10) para denominar os meses seguintes (*quintilis*, *sextilis*, *september*, *october*, *november* e *december*).

O emprego de preposição antes de pronome relativo depende da regência verbal da palavra à qual ele se refere. Na oração *do qual herdamos essas medidas*, o pronome relativo vem precedido de preposição em função da regência do verbo herdar. Assinale a alternativa que apresenta o pronome relativo precedido de preposição correta.

- [A] A essência do pensamento cartesiano não consiste na solução dos problemas com os quais se preocupavam os cientistas de então.
- [B] Newton continuou a fazer experimentos, principalmente na construção de telescópios de refração, dos quais observou os satélites de Júpiter.
- [C] Descartes introduziu o procedimento de localizar um ponto no espaço usando três retas de que formam ângulos retos entre si, ainda hoje conhecido como sistema de coordenadas cartesianas.
- [D] Em sua estada forçada em uma aldeia, Newton fez três descobertas fundamentais a que ainda hoje assombram o mundo científico.
- [E] Mesmo condenado pela Inquisição ao silêncio, preso em sua vila, Galileu continuou suas pesquisas sobre as quais mostra os fundamentos de suas demonstrações.

Instrução: Leia o trecho a seguir e responda às questões 03 e 04.

Uma das mais convincentes explicações para as diferenças culturais entre os indígenas brasileiros e, por exemplo, os incas, é a necessidade destes de viver com uma geografia quase inóspita que os obrigava a práticas avançadas como as referentes à agricultura e à engenharia. Os indígenas brasileiros, talvez pela obtenção mais facilitada de recursos para subsistência quando chegaram os portugueses, praticavam uma agricultura menos exigente e viviam da caça e da coleta de alimentos, enquanto os incas, também devido às exigências geográficas, tinham uma agricultura mais avançada.

QUESTÃO 03

Assinale a reescrita da segunda frase desse trecho, em que **NÃO** foram mantidas a coesão e a coerência, ocasionando alteração do sentido.

- [A] Quando chegaram os portugueses, os indígenas brasileiros praticavam uma agricultura menos exigente e viviam da caça e da coleta de alimentos, talvez pela obtenção mais facilitada de recursos de subsistência, enquanto os incas tinham uma agricultura mais avançada, também devido às exigências geográficas.
- [B] Os indígenas brasileiros, quando chegaram os portugueses, praticavam uma agricultura menos exigente e viviam da caça e da coleta de alimentos, talvez pela obtenção mais facilitada de recursos de subsistência, ao passo que os incas tinham uma agricultura mais avançada, também devido às exigências geográficas.
- [C] Os indígenas brasileiros, talvez pela obtenção mais facilitada de recursos para subsistência no tempo em que chegaram os portugueses, praticavam uma agricultura menos exigente, vivendo da caça e da coleta de alimentos, enquanto os incas, também devido às exigências geográficas, tinham uma agricultura mais avançada.
- [D] Os indígenas brasileiros, talvez pela obtenção mais facilitada de recursos para subsistência ao mesmo tempo em que chegaram os portugueses, praticavam uma agricultura menos exigente e viviam da caça e da coleta de alimentos, assim como os incas, também devido às exigências geográficas, tinham uma agricultura mais avançada.
- [E] Quando chegaram os portugueses, os indígenas brasileiros praticavam uma agricultura menos exigente e viviam da caça e da coleta de alimentos, talvez pela obtenção mais facilitada de recursos de subsistência, em oposição aos incas que tinham uma agricultura mais avançada, também devido às exigências geográficas.

QUESTÃO 04

Em relação a recursos linguísticos presentes no trecho, assinale a afirmativa correta.

- [A] O pronome possessivo destes retoma o sentido da expressão *indígenas brasileiros*, estabelecendo relação coesiva anafórica.
- [B] A palavra culturais está empregada como adjetivo, sua flexão dá-se em número, não em gênero, sendo portanto um adjetivo uniforme.
- [C] O pronome oblíquo os (*os obrigava*) retoma o sentido da expressão *indígenas brasileiros*, funcionando como elemento coesivo referencial.
- [D] A palavra geografia, substantivo, é formada pela junção de duas palavras gregas: geo, que significa terra, e grafo, que significa ambiente, daí seu significado literal de ambientes terrestres.
- [E] O advérbio talvez intensifica a ação verbal de os indígenas brasileiros obterem facilmente recursos para a subsistência.

QUESTÃO 05

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa entrou em vigor no Brasil a partir de 2009 e tornou-se obrigatório desde 2016. Dentre as alterações produzidas, o uso do hífen merece especial atenção. Em qual alternativa todas as palavras estão grafadas segundo esse acordo?

- [A] Pré-história, auto-aprendizagem, anti-religioso.
- [B] Mini-salão, semi-círculo, mal-humorado.
- [C] Dia-a-dia, cirurgião-dentista, para-quedas.
- [D] Recém-formado, pluri-anual, agroindustrial.
- [E] Microssistema, aeroespacial, tenente-coronel.

QUESTÃO 06

Leia atentamente as frases:

- O brasileiro é um povo altamente conectado, atualmente entre os maiores usuários de internet e redes sociais do mundo.
- Ainda temos um longo caminho a percorrer quando o assunto é educação digital.
- O fato de não termos acompanhado o avanço da conectividade cria um terreno fértil para golpes.
- Golpes digitais normalmente atingem quem vacila por um segundo.
- Adote medidas simples e compartilhe esse cuidado com quem está ao seu redor.

Assinale a alternativa que apresenta a reescritura dessas frases em um único período, coeso e coerente,

- [A] O brasileiro é um povo altamente conectado, atualmente entre os maiores usuários de internet e redes sociais do mundo. Assim, ainda temos um longo caminho a percorrer quando o assunto é educação digital. O fato de não termos acompanhado o avanço da conectividade cria um terreno fértil para golpes, pois atingem normalmente quem vacila por um segundo. Adote medidas simples e compartilhe esse cuidado com quem está ao seu redor.
- [B] O brasileiro é um povo altamente conectado, atualmente entre os maiores usuários de internet e redes sociais do mundo. Por isso, ainda temos um longo caminho a percorrer quando o assunto é educação digital. O fato de não termos acompanhado o avanço da conectividade cria um terreno fértil para golpes com os quais atingem normalmente quem vacila por um segundo. Por isso, adote medidas simples e compartilhe esse cuidado com quem está ao seu redor.
- [C] O brasileiro é um povo altamente conectado, atualmente entre os maiores usuários de internet e redes sociais do mundo. Mas ainda temos um longo caminho a percorrer quando o assunto é educação digital. O fato de não termos acompanhado o avanço da conectividade cria um terreno fértil para golpes dos quais atingem quem normalmente vacila por um segundo. Assim, adote medidas simples e compartilhe esse cuidado com quem está ao seu redor.
- [D] O brasileiro é um povo altamente conectado, atualmente entre os maiores usuários de internet e redes sociais do mundo. Logo, ainda temos um longo caminho a percorrer quando o assunto é educação digital. O fato de não termos acompanhado o avanço da conectividade cria um terreno fértil para golpes aos quais normalmente atingem quem vacila por um segundo. Adote medidas simples e compartilhe esse cuidado com quem está ao seu redor.
- [E] O brasileiro é um povo altamente conectado, atualmente entre os maiores usuários de internet e redes sociais do mundo. No entanto, ainda temos um longo caminho a percorrer quando o assunto é educação digital. O fato de não termos acompanhado o avanço da conectividade cria um terreno fértil para golpes que normalmente atingem quem vacila por um segundo. Por isso, adote medidas simples e compartilhe esse cuidado com quem está ao seu redor.

QUESTÃO 07

A vírgula é usada também para separar orações subordinadas adverbiais da oração principal, especialmente quando aparecem antes da principal. Assinale a alternativa que apresenta exemplo dessa regra dos usos da vírgula.

- [A] Nós não procuramos Deus tateando, nem precisamos esperar que Ele nos dirija a palavra, realmente Deus já não é o grande desconhecido, mas mostrou-se a si mesmo.
- [B] Novas culturas continuam a formar-se nestas enormes geografias humanas em que o cristão já não costuma ser promotor ou gerador de sentidos, mas recebe delas outras linguagens e símbolos.
- [C] Para que as pessoas sejam capazes de decisões verdadeiramente livres e responsáveis, é preciso dar tempo ao tempo, com uma paciência imensa.
- [D] O cristianismo não dispõe de um único modelo cultural, porém permanecendo o que é, na fidelidade total ao anúncio evangélico e à tradição da Igreja, assumirá também o rosto das diversas culturas e dos vários povos onde for acolhido.
- [E] A cultura é algo de dinâmico, que um povo recria constantemente e cada geração transmite à seguinte um conjunto de atitudes relativas às diversas situações existenciais.

QUESTÃO 08

A publicação de A origem das espécies (Darwin) produziu imediatamente uma conflagração na sociedade. Se a nova e revolucionária teoria fosse aceita, o relato bíblico da criação seria posto em questão. A Igreja imediatamente considerou a tese darwiniana perigosa e censurou sua difusão, mesmo que, prudentemente, Darwin tivesse omitido qualquer aplicação de sua teoria à humanidade.

A correlação verbal trata da articulação temporal entre as formas verbais empregadas de modo a imprimir lógica e coerência às ideias, a exemplo da frase *Se a nova e revolucionária teoria fosse aceita, o relato bíblico da criação seria posto em questão.*, em que fosse e seria estão correlacionadas, uma no pretérito imperfeito do subjuntivo e outra no futuro do pretérito do indicativo. Sobre correlação verbal, analise as afirmativas.

- I. Em O candidato solicitou ao fiscal da sala que anotasse no quadro o tempo da prova., há correlação entre pretérito perfeito do indicativo e pretérito imperfeito do subjuntivo.
- II. Em A família gostaria de que seu mais jovem integrante participe das comemorações., há correlação entre futuro do pretérito e presente do subjuntivo.
- III. Em Os oficiais militares esperam que muitos candidatos acertem um número elevado de questões., há correlação entre presente do indicativo e presente do subjuntivo.
- IV. Em Quando os vigilantes fizerem o relatório deste mês, veremos a gravidade da situação., há correlação entre futuro do subjuntivo e futuro do presente do indicativo.

Estão corretas as afirmativas

- [A] I, II e III, apenas.
- [B] I, III e IV, apenas.
- [C] II e IV, apenas.
- [D] III e IV, apenas.
- [E] I e II, apenas.

QUESTÃO 09

Galileu Galilei (1564 – 1642), italiano nascido em Pisa, é considerado um dos criadores da ciência moderna; desde sua infância teve uma educação que valorizava as artes, acolhendo as novas ideias com entusiasmo. Quando a família mudou-se para Florença, Galileu foi estudar em um colégio da Companhia de Jesus, e aos catorze anos tornou-se noviço. Seu pai, porém, tirou-o dos jesuítas para que iniciasse estudos da medicina na Universidade de Pisa. Suas inclinações, entretanto, eram já para a matemática e a física. Conta-se que, enquanto assistia aos longos ofícios religiosos na Catedral de Pisa, Galileu observava as oscilações de um candelabro e as controlava com os batimentos de seu pulso, estabelecendo as leis do pêndulo.

Para apontar a direção ou o sentido para o qual o texto se volta, são usados operadores argumentativos. Sobre esses elementos linguísticos no trecho acima, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Para marcar temporalmente a mudança da família de Galileu para Florença, foi usada a conjunção *quando*.
- () A conjunção *porém* aponta ideia contrária do pai de Galileu quanto aos estudos do jovem.
- () A indicação de ideia conclusiva a respeito dos estudos de Galileu está marcada pela conjunção *entretanto*.
- () Para indicar soma de ações desenvolvidas por Galileu, a conjunção *enquanto* foi empregada.

Assinale a sequência correta.

- [A] V, F, F, V
- [B] V, V, V, F
- [C] F, F, V, V
- [D] V, V, F, F
- [E] F, V, F, V

QUESTÃO 10

A honestidade dos estúpidos é mais perigosa que a mentira dos inteligentes. É da honestidade dos estúpidos que surgem os fanáticos. Os fanáticos são pessoas honestas que acreditam nos seus pensamentos e nada os dissuade do seu caminho. Porque acreditam na verdade dos seus pensamentos, tudo fazem para destruir aqueles que têm ideias diferentes.

A respeito das relações de coordenação e subordinação presentes no trecho acima, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- [A] A oração *Porque acreditam na verdade dos seus pensamentos*, iniciada por uma conjunção subordinativa, estabelece uma relação de consequência ao que é dito na oração seguinte.
- [B] A oração *e nada os dissuade do seu caminho* é iniciada por uma conjunção aditiva, introduzindo ideia de adição e estabelecendo uma relação de coordenação de ideias.
- [C] Em *A honestidade dos estúpidos é mais perigosa que a mentira dos inteligentes*, a ideia de comparação está presente, tendo a segunda oração a função de advérbio da oração principal.
- [D] Em *Os fanáticos são pessoas honestas que acreditam nos seus pensamentos*, o pronome relativo *que* estabelece uma relação adjetiva com *pessoas honestas*, introduzindo uma oração subordinada adjetiva.
- [E] Em *tudo fazem para destruir aqueles que têm ideias diferentes*, a palavra *que* é um pronome relativo a retomar o sentido do pronome demonstrativo *aqueles*, introduzindo uma oração subordinada adjetiva.

QUESTÃO 11

A Administração _____ abarca o conjunto de entidades estatais, dotadas de personalidade jurídica própria, de direito público ou privado, e instituídas pela União, pelos Estados ou pelos Municípios de acordo com suas próprias estratégias político-organizacionais para executar tarefas estatais de modo mais eficiente. Sobre a organização administrativa do Estado, assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

- [A] direta
- [B] concentrada
- [C] desconcentrada
- [D] centralizada
- [E] indireta

QUESTÃO 12

A Administração _____ é aquela cujas atividades administrativas são executadas por pessoa jurídica criada pelo Estado; com patrimônio próprio e necessário à consecução de seus fins; com sujeição ao princípio da especialização que a impede de se desviar dos fins que justificaram sua criação e sujeição ao controle ou tutela exercida nos limites da lei. Quanto à organização administrativa do Estado, assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

- [A] descentralizada
- [B] desconcentrada
- [C] direta
- [D] centralizada
- [E] concentrada

QUESTÃO 13

NÃO caracteriza o órgão desconcentrado:

- [A] Distribuição de competências para a mesma pessoa jurídica.
- [B] Ocorre na Administração direta e na indireta.
- [C] Obrigatoriamente envolve apenas pessoas jurídicas.
- [D] Há vinculação e inexistência hierárquica com uma entidade da Administração direta.
- [E] Permite a especialização do trabalho, a repartição de tarefas e a eficiência.

QUESTÃO 14

O controle administrativo classificado quanto à natureza pode ser

- [A] interno ou externo.
- [B] administrativo ou judicial.
- [C] de legalidade ou de mérito.
- [D] posterior ou concomitante.
- [E] prévio ou legislativo.

QUESTÃO 15

O conjunto de atribuição e deveres criados por lei correspondentes a encargos de direção, chefia ou assessoramento é a definição de

- [A] cargo público.
- [B] função de confiança.
- [C] emprego público.
- [D] cargo comissionado.
- [E] cargo político.

QUESTÃO 16

Dentre os agentes públicos, os delegados por função ou ofício, como os delegatários de serviços notariais e de registro, os leiloeiros e os tradutores, são considerados:

- [A] Agentes políticos.
- [B] Servidores públicos.
- [C] Agentes putativos.
- [D] Servidores governamentais.
- [E] Agentes de colaboração.

QUESTÃO 17

Quanto aos poderes administrativos, analise as afirmativas.

- I. O poder hierárquico decorre da organização interna da administração, garantindo a distribuição e escalonamento das funções, orientação, fiscalização e a relação de subordinação, assim como o disciplinar permite apurar e punir infrações cometidas por seus agentes ou servidores.
- II. O poder regulamentar é a condição de legislar e é exercido exclusivamente pelo legislativo.
- III. O poder de polícia é exercido exclusivamente pela Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícias Militares e Judiciárias Cíveis dos Estados e Guardas Municipais.
- IV. O poder discricionário permite ao administrador, nos detalhes que a lei não especifica, uma margem de liberdade para decidir como agir, avaliando a conveniência e oportunidade da decisão.
- V. O poder vinculado é estabelecido por lei, deixando margem para a discricionariedade somente em casos de conveniência e oportunidade vantajosa para a administração pública.

Está correto o que se afirma em

- [A] II, IV e V, apenas.
- [B] I e IV, apenas.
- [C] III, IV e V, apenas.
- [D] I, II e III, apenas.
- [E] I e II, apenas.

QUESTÃO 18

A Administração Pública Estadual pode _____ seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade e pode _____ por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, sempre assegurando a ampla defesa e o contraditório. Sobre atos administrativos, assinale a alternativa que preenche respectiva e corretamente as lacunas.

- [A] invalidar, extinguir
- [B] anular, revogar
- [C] revogar, cancelar
- [D] invalidar, anular
- [E] extinguir, cancelar

QUESTÃO 19

Nos atos administrativos restritivos de interesse ou de direitos fundamentais, qual atributo é útil quando a previsibilidade for essencial à segurança jurídica e ao respeito a direitos fundamentais?

- [A] Imperatividade
- [B] Legitimidade
- [C] Veracidade
- [D] Tipicidade
- [E] Autoexecutoriedade

QUESTÃO 20

A respeito do controle administrativo, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () O controle administrativo é o controle interno fundado no poder de autotutela, exercido exclusivamente pelo Poder Executivo.
- () Os Tribunais de Conta, dos municípios, estados e da união, são os únicos órgãos com competência sobre o controle administrativo dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
- () O controle administrativo, quanto ao momento, pode ser prévio, posterior ou concomitante.
- () Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado.
- () O exercício do controle administrativo deve ocorrer exclusivamente de ofício, isto é, por iniciativa da própria administração pública.

Assinale a sequência correta.

- [A] F, F, V, V, F
- [B] V, V, F, F, V
- [C] V, F, V, F, F
- [D] F, V, F, V, V
- [E] F, V, V, F, F

QUESTÃO 21

Sobre os modelos teóricos da Administração Pública, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () O modelo burocrático, com suas regras rígidas, cria condição para que o nepotismo assuma maiores proporções, tonando-se uma das principais características desse modelo.
- () No modelo patrimonialista, a administração é do Estado, mas não é pública, ou seja, o interesse do cidadão é deixado de lado, sendo o mesmo visto apenas como um mero sustentáculo do Governo.
- () No Brasil, o marco inicial do modelo burocrático de administração pública é a criação do Departamento Administrativo de Serviços Públicos (DASP), cujo principal objetivo era a busca por um Estado moderno e de uma burocracia pública profissionalizada.
- () As três principais características do modelo gerencial, contrapondo os dois modelos anteriores, são: a formalidade, a impessoalidade e o profissionalismo.

Assinale a sequência correta.

- [A] V, F, F, V
- [B] V, F, V, F
- [C] F, V, V, F
- [D] F, V, F, V
- [E] V, V, F, F

QUESTÃO 22

Qual é o conjunto de qualificações ou de capacidades que define competência?

- [A] Desempenho, eficiência e resultado
- [B] Performance, experiência e comportamento
- [C] Desempenho, habilidade e performance
- [D] Conhecimento, eficiência e comportamento
- [E] Conhecimento, habilidade e atitude

QUESTÃO 23

A classificação XYZ e a classificação ABC são usadas pelos tipos (ou critérios) de classificação de materiais:

- [A] por demanda e importância operacional.
- [B] periculosidade e por aplicação.
- [C] perecibilidade e valor de demanda.
- [D] importância operacional e valor de demanda.
- [E] periculosidade e perecibilidade.

QUESTÃO 24

A respeito do comportamento ético do servidor público, analise as afirmativas.

- I. Solicitar o afastamento do trabalho por motivo de doença em pessoa da família.
- II. Utilizar o veículo da instituição, sob sua responsabilidade e uso contínuo, para levar e buscar os filhos na escola, desde que o horário coincida.
- III. Requerer o agendamento de férias já vencidas durante um período correspondente às férias escolares do filho menor.
- IV. Aceitar o custeio da hospedagem em viagem para divulgação do serviço prestado pela instituição, em escolas e empresas privadas, a despeito de ter recebido diária do estado, afinal é um trabalho fora da rotina.
- V. Inquirido pelo cidadão sobre o andamento do requerimento protocolizado, percebendo que o colega não tinha dado andamento, informa que o sistema está com problema e não é possível ter certeza, por isso ele terá que voltar em outro momento.

Apresentam comportamento ético as afirmativas

- [A] I e III, apenas.
- [B] I, II e V, apenas.
- [C] II, III e IV, apenas.
- [D] III e IV, apenas.
- [E] II e V, apenas.

QUESTÃO 25

A coluna da esquerda apresenta os conceitos eficiência, eficácia e efetividade e a da direita, exemplos dos conceitos aplicados. Numere a coluna da direita de acordo com a da esquerda.

- | | | |
|----------------|-----|---|
| 1. Eficiência | () | Foram concedidos 100% dos auxílios previstos a famílias em situação de vulnerabilidade. |
| 2. Eficácia | () | A partir da implantação do sistema de agendamento online para a Carteira de Identidade Nacional (CIN), reduziram consideravelmente as filas e custos com pessoal. |
| 3. Efetividade | () | As pesquisas comprovaram que, com a instalação de um posto policial no bairro, aumentou a sensação de segurança da população. |
| | () | Com a implantação do sistema de protocolo digital, foi reduzido em 70% o uso de papel e o tempo de tramitação de processos. |
| | () | Ficou comprovada a melhoria no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) em dois anos consecutivos. |
| | () | Ao final do exercício, foi atingida a meta de redução de 10% nos crimes patrimoniais na região sul da cidade. |

Marque a sequência correta.

- [A] 3, 2, 1, 3, 3, 1
- [B] 3, 3, 2, 2, 1, 1
- [C] 2, 1, 3, 1, 3, 2
- [D] 1, 1, 3, 2, 2, 3
- [E] 2, 2, 1, 3, 1, 2

QUESTÃO 26

Em quanto tempo decai o direito de a Administração Pública Estadual invalidar os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má fé?

- [A] 10 (dez) anos.
- [B] 5 (cinco) anos.
- [C] 2 (dois) anos.
- [D] 1 (um) ano.
- [E] 3 (três) anos.

QUESTÃO 27

Entre os erros comuns identificados em avaliações de desempenho estão o _____ que é a tendência em avaliar positivamente uma ou mais características de uma pessoa, baseada em uma impressão positiva de outra característica não relacionada. O outro é o conceito de _____ para designar as generalizações negativas ou de desmerecimento, ou seja, a tendência em avaliar negativamente uma ou mais características de uma pessoa, baseada em uma impressão negativa de outras características não relacionadas.

Sobre os erros comuns em avaliações de desempenho, assinale a alternativa que preenche respectiva e corretamente as lacunas.

- [A] efeito da pessoalidade, efeito do distanciamento
- [B] julgamento interpessoal, impessoalidade
- [C] efeito laissez-faire, efeito autocrático
- [D] efeito halo, efeito horn
- [E] julgamento abstrato, multipropósito

QUESTÃO 28

A respeito do método Balanced Scorecard (BSC), marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () É uma ferramenta de medição de desempenho para controle da produtividade.
- () É uma forma de equilibrar visões financeira e não financeira da organização.
- () É um sistema de gestão de desempenho estratégico para a organização.
- () Diferente do Planejamento estratégico tradicional, tem como base o mapa estratégico e não a visão, missão e valores organizacionais.
- () O mapa estratégico eficaz deixa claras as relações de causa-efeito entre os objetivos distribuídos entre as diversas perspectivas.

Assinale a sequência correta.

- [A] V, V, F, V, F
- [B] F, F, V, V, V
- [C] F, V, V, F, V
- [D] V, F, V, F, F
- [E] V, F, F, V, F

QUESTÃO 29

A coluna da esquerda apresenta as premissas da análise SWOT com os possíveis cruzamento dos quadrantes a serem analisados e a da direita, as indicações das estratégias propostas como resultante da análise. Numere a coluna da direita de acordo com a da esquerda.

- | | | |
|----------------------------------|--------|-----------------|
| 1. Pontos fortes x oportunidades | () | Sobrevivência |
| 2. Pontos fortes x ameaças | () | Desenvolvimento |
| 3. Pontos fracos x oportunidades | () | Crescimento |
| 4. Pontos fracos x ameaças | () | Manutenção |

Marque a sequência correta.

- [A] 4, 1, 3, 2
- [B] 3, 2, 4, 1
- [C] 4, 2, 1, 3
- [D] 2, 4, 3, 1
- [E] 1, 3, 2, 4

QUESTÃO 30

De acordo com a Lei n.º 7.692/2002, **NÃO** terão prioridade na tramitação, em qualquer órgão ou instância, os procedimentos administrativos em que figure como parte ou interessado:

- [A] Pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.
- [B] Pessoa portadora de deficiência, física ou mental.
- [C] Pessoa portadora de tuberculose ativa, esclerose múltipla, neoplasia maligna, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida, ou outra doença grave, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída após o início do processo.
- [D] Pessoa portadora de moléstia ou debilidade profissional decorrentes de acidente de trabalho.
- [E] Pessoa pertencente às forças de segurança e ao quadro de servidores da saúde.

CONHECIMENTOS DE POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR (CPJM)

QUESTÃO 31

No período de 23 de outubro a 1º de novembro de 2024, policiais militares participaram de um exercício em uma unidade militar no município de Cuiabá/MT, conforme escala e locais previamente designados. Ocorre que, no dia 30 de outubro de 2024, por volta das 20h30min, “Tício”, um dos policiais, de forma dolosa e sem ordem superior, deixou o local da Base montada pela referida unidade militar, lugar de serviço a ele designado, e retornou somente às 23h45min daquela data. Não se constatou prejuízo à administração militar decorrente da sua conduta.

Considerando a situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- [A] “Tício” responderá apenas pela prática do crime previsto no art. 195 do Código Penal Militar.
- [B] “Tício” responderá apenas pela prática do crime previsto no art. 187 do Código Penal Militar.
- [C] “Tício” responderá pela prática dos crimes previstos nos arts. 195 e 187, ambos do Código Penal Militar.
- [D] “Tício” responderá apenas por transgressão disciplinar, visto não ter sido constatado prejuízo decorrente da sua conduta.
- [E] “Tício” responderá apenas por transgressão disciplinar, visto que o tempo da sua ausência se mostrou irrelevante, não havendo a configuração de quaisquer crimes.

QUESTÃO 32

“Caio” ausentou-se por mais de oito dias da unidade militar em que servia, alegando que não tinha se adaptado ao serviço militar, decidindo, assim, acompanhar a sua genitora, após um doloroso processo de separação dos seus pais.

Considerando a situação hipotética e os dispositivos legais referentes ao crime de deserção e ao seu processamento, assinale a afirmativa correta.

- [A] “Caio” praticou o crime de deserção, de modo que o comandante da sua unidade deverá lavrar o respectivo termo, imediatamente, podendo ser impresso ou datilografado, sendo por ele assinado e por uma testemunha idônea, além do militar incumbido da lavratura.
- [B] O crime de deserção em tempo de paz, por prever, inclusive, a prisão do desertor, não guarda consonância com a ordem constitucional vigente.
- [C] Recebido o termo de deserção contra “Caio” e demais peças, o Juiz-Auditor mandará autuá-los e dar vista do processo por dez dias ao Procurador, podendo este requerer o arquivamento, ou que for de direito, ou oferecer denúncia, se nenhuma formalidade tiver sido omitida, ou após o cumprimento das diligências requeridas.
- [D] Na hipótese de “Caio” se apresentar ou ser capturado, a autoridade militar fará a comunicação ao Juiz-Auditor, com a informação sobre a data e o lugar onde o militar se apresentou ou foi capturado, além de quaisquer outras circunstâncias concernentes ao fato. Em seguida, procederá o Juiz-Auditor ao sorteio e à convocação do Procurador, expedindo o mandado de citação do acusado, para ser processado e julgado.
- [E] O termo de deserção contra “Caio” terá o caráter de instrução provisória e destina-se a fornecer os elementos necessários à propositura da ação penal, sujeitando-o, desde logo, à prisão.

QUESTÃO 33

Sobre o crime de motim, assinale a afirmativa correta.

- [A] Configura-se o crime de motim quando há a reunião de militares ocupando uma viatura da polícia militar para a prática de violência, em obediência à ordem superior.
- [B] O crime de motim sempre compromete a ordem pública e a constitucional, podendo, quando praticado com o intuito de pressionar o deferimento de demandas coletivas, conduzir a sociedade para o mais completo caos.
- [C] Configura-se o crime de motim quando há a reunião de militares armados ocupando um batalhão da polícia militar, em desobediência à ordem superior.
- [D] Configura-se o crime de motim quando há a reunião de militares ocupando uma viatura da polícia militar para a prática de violência, em sintonia com a disciplina militar.
- [E] O Código Penal Militar prevê pena de reclusão para o crime de motim, de quatro a vinte anos, com aumento de pena de um terço para os cabeças.

QUESTÃO 34

Sobre a aplicação da lei penal militar, assinale a afirmativa correta.

- [A] Os crimes militares em tempo de paz, quando dolosos contra a vida e cometidos por militares contra civil, serão da competência da Justiça Militar.
- [B] Os crimes militares em tempo de paz, quando dolosos contra a vida e cometidos por militares das Forças Armadas contra civil, serão da competência da Justiça Militar da União, se praticados no contexto do cumprimento de atribuições que lhes forem estabelecidas pelo Presidente da República ou pelo Ministro do Superior Tribunal Militar.
- [C] O militar da reserva, ou reformado, perde as responsabilidades e prerrogativas do posto ou graduação, para o efeito da aplicação da lei penal militar, quando pratica crime militar com excesso de violência.
- [D] O militar da reserva ou reformado, quando empregado na administração militar, equipara-se ao militar da ativa, para o efeito da aplicação da lei penal militar.
- [E] É militar, para o efeito da aplicação do Código Penal Militar, qualquer pessoa que, em tempo de paz, seja incorporada a instituições militares ou nelas matriculada, para servir em posto ou em graduação ou em regime de sujeição à disciplina militar. Na hipótese de guerra, a aplicação da lei será objeto de regulamentação própria.

QUESTÃO 35

Sobre o inquérito policial militar (IPM), assinale a afirmativa correta.

- [A] O IPM é instaurado sempre mediante portaria de ofício, tendo em vista a formalidade inerente ao procedimento.
- [B] Não é atribuição de Juiz-Auditor requisitar a instauração do IPM, uma vez que esta não é uma atividade jurisdicional e, sim, investigatória, afeta ao Ministério Público e às autoridades administrativas com poder de polícia judiciária.
- [C] Se a infração penal objeto do IPM não for, evidentemente, de natureza militar, comunicar-se-á o fato à autoridade policial competente, a quem fará apresentar o infrator. Em se tratando de civil menor de dezoito anos, a apresentação será feita ao Ministério Público Militar, titular da ação penal, para a tomada das providências cabíveis.
- [D] Se o infrator for oficial general, será sempre comunicado o fato ao ministro ou ao chefe de Estado-Maior competentes, obedecidos os trâmites regulamentares.
- [E] A designação de escrivão para o IPM caberá ao respectivo encarregado, se não tiver sido feita pela autoridade que lhe deu delegação para aquele fim, recaindo em sargento, subtenente ou suboficial, se o indiciado for oficial.

QUESTÃO 36

“Cícero”, Capitão da Polícia Militar, utilizou de servidores públicos com desvio de função para atendimento aos interesses de instituição privada que dirigia, usando, ainda, veículos da corporação (motocicleta e viatura), também em benefício do mesmo estabelecimento privado.

Considerando a situação hipotética e os dispositivos legais da Lei n.º 8.429/1992, assinale a afirmativa correta.

- [A] A conduta de “Cícero” constituiu ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública, tendo em vista a sua ação dolosa em descompasso com os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade.
- [B] Diante das condutas praticadas, “Cícero” está suscetível ao pagamento de multa civil de até 24 (vinte e quatro) vezes o valor da remuneração por ele percebida.
- [C] “Cícero” está suscetível à perda de multa, que pode ser majorada em até 2/3, conforme a gravidade da conduta.
- [D] As sanções aplicadas contra “Cícero” poderão ser executadas após a sentença de primeiro grau.
- [E] “Cícero” está suscetível à perda de proibição de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 12 (doze) anos.

QUESTÃO 37

Considerando os dispositivos legais da Lei n.º 8.429/1992, assinale a afirmativa correta.

- [A] O inquérito civil para apuração do ato de improbidade será concluído no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias corridos, prorrogável uma única vez por igual período, mediante ato fundamentado submetido à revisão da instância competente do órgão ministerial, conforme dispuser a respectiva lei orgânica.
- [B] Consideram-se agente público o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente e sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades previstas na lei de carreira do imputado.
- [C] O juiz poderá autorizar o parcelamento, em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais corrigidas monetariamente, do débito resultante de condenação pela prática de improbidade administrativa se o réu demonstrar incapacidade financeira de saldá-lo de imediato.
- [D] Os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, salvo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites da sua participação.
- [E] Constitui crime, apurável no âmbito da Justiça Militar, a representação por ato de improbidade contra Policial Militar, quando o autor da denúncia o sabe inocente.

QUESTÃO 38

Considerando os dispositivos da Lei n.º 13.869/2019, assinale a afirmativa correta.

- [A] O crime de violência institucional pressupõe, em alguns casos, ações de estigmatização.
- [B] Faz coisa julgada em âmbito cível a sentença penal que reconhecer ter sido o ato de abuso de autoridade praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito, podendo o autor, contudo, responder pelo fato também na esfera administrativo-disciplinar.
- [C] É sujeito ativo do crime de abuso de autoridade qualquer agente público, servidor ou não, da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Território, não compreendidos os servidores do Poder Judiciário, porque regidos por legislação própria.
- [D] Constitui abuso de autoridade submeter o preso a interrogatório policial durante o período de repouso noturno, inclusive na hipótese de flagrante delito.
- [E] As penas restritivas de direitos não podem ser aplicadas cumulativamente, sob pena de caracterização de excesso na punição.

QUESTÃO 39

“Pedro”, menor de 14 anos de idade, foi abordado de forma truculenta por “Mévio” e “Carlos”, policiais militares, durante um patrulhamento ostensivo. Na ocasião, “Pedro” foi agredido diversas vezes, inclusive com choques elétricos, sendo submetido a constrangimento físico e mental, a fim de que pudesse confessar a prática de ilícitos. Segundo laudos periciais, as lesões sofridas por “Pedro” foram de natureza grave. Todas as práticas truculentas foram efetuadas diretamente por “Mévio” e acompanhadas por “Carlos”.

Considerando a situação hipotética e os dispositivos do Código Penal Militar e da Lei n.º 9.455/1997, assinale a afirmativa correta.

- [A] A competência para julgar os crimes praticados por “Mévio” e “Carlos” é do Tribunal do Júri.
- [B] A competência para julgar os crimes praticados por “Mévio” e “Carlos” é da Justiça Militar da União.
- [C] “Mévio” está sujeito a uma pena de reclusão de quatro a dez anos.
- [D] “Mévio” e “Carlos” praticaram o crime de tortura. “Carlos”, porém, responderá na modalidade omissiva, cuja pena é idêntica àquela atribuída à “Mévio”.
- [E] Diante dos fatos atribuídos à “Mévio” e “Carlos”, é legítimo que a condenação de ambos pelo crime de tortura especifique um aumento de pena de um sexto a dois terços, considerando que a vítima é menor de idade.

QUESTÃO 40

Considerando as disposições da Portaria n.º 160/GCG/PMMT/09, de 27 de julho de 2009, assinale a afirmativa correta.

- [A] A Sindicância de caráter regular será instaurada por meio de memorando, em razão do ofício ou por ordem escrita da autoridade militar estadual.
- [B] O Sindicato, ofendido e testemunhas devem ser ouvidos em períodos compreendidos entre às 07 horas e às 18 horas, salvo nos casos de urgência imediata, que se fará constar no respectivo termo.
- [C] A Sindicância dispõe de um prazo de 20 (vinte) dias corridos, a contar da data de sua autuação, para a conclusão de seus trabalhos, e mais 5 (cinco) dias consecutivos para a remessa do relatório.
- [D] A Sindicância de caráter demissório será instaurada pelo Corregedor-Geral da PMMT.
- [E] Em se constatando o envolvimento de Oficial PM ou Graduado PM mais antigo que o sindicante, este deverá suspender as atividades, e enviar para apreciação do Corregedor-Geral da PMMT.

QUESTÃO 41

Sobre os atos inerentes ao inquérito policial militar (IPM), assinale a afirmativa correta.

- [A] O encarregado do IPM poderá requisitar dos institutos médico-legais, dos laboratórios oficiais e de quaisquer repartições técnicas, militares ou civis, as perícias e exames que se tornem necessários às investigações, cabendo a homologação das medidas probatórias ao Juiz-Auditor responsável.
- [B] Busca pessoal é atividade mais restrita, limitando-se à pessoa e suas vestes, enquanto que a revista pessoal é mais ampla e envolve, além da pessoa e suas vestes, também pastas, malas, caixas ou sacolas que carregue consigo.
- [C] É constitucional a regra de que a busca domiciliar pode ser determinada pela autoridade policial militar.
- [D] Nos crimes de deserção e insubmissão, existe necessidade de mandado de prisão para a captura do desertor ou insubmisso.
- [E] O Presidente do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil está dispensado de comparecer ao IPM para depor, devendo ser inquirido em local, dia e hora previamente ajustados entre ele e a autoridade policial militar.

QUESTÃO 42

Sobre a prisão em flagrante de policial militar, assinale a afirmativa correta.

- [A] A apresentação espontânea do indiciado à autoridade não impede a decretação da prisão em flagrante delito.
- [B] Há crime quando a preparação do flagrante pela polícia torne impossível a sua consumação.
- [C] A flagrância presumida ocorre quando o agente é encontrado durante a execução do crime, com instrumentos, objetos, material ou papéis relacionados à prática criminosa.
- [D] Se o indiciado conseguir fugir antes da lavratura do respectivo auto de prisão em flagrante, a sua recaptura não será mais legal, pois a flagrância terá se esaurido.
- [E] Havendo impossibilidade material de se lavrar o auto de flagrante, este pode ser lavrado pela autoridade militar em até 5 (cinco) dias úteis.

QUESTÃO 43

Com base nas regras norteadoras da deserção no âmbito da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, assinale a afirmativa correta.

- [A] O dia do início da contagem do prazo de graça, para efeito da lavratura do termo de deserção, não se confunde com o dia em que se deu conta da falta.
- [B] Se um militar está escalado num turno de serviço de doze horas, com início às 19h00min do dia 1º de janeiro e não se apresentar para o serviço, a ausência se inicia às 00h00min do dia 02 de janeiro. Assim, depois de doze horas deverá ser lavrada a parte de ausência, ou seja, às 12h00min do dia 02 de janeiro.
- [C] Na hipótese de deserção, exige-se para o decreto da extinção da punibilidade, em decorrência da prescrição, que o desertor, quando praça, tenha atingido a idade de 60 (sessenta) anos.
- [D] A pena do desertor será aumentada de dois terços, caso o crime ocorra em unidade estacionada em fronteira ou país estrangeiro.
- [E] Os fundamentos sobre a suspensão condicional da pena são aplicados de forma excepcional ao crime de deserção.

QUESTÃO 44

Considerando a citação como ato procedimental imprescindível no Processo Administrativo Disciplinar em trâmite na Polícia Militar de Mato Grosso, assinale a afirmativa correta.

- [A] Se o Sindicante tiver elementos comprobatórios de autoria e materialidade de cometimento de transgressão disciplinar, deverá citar o acusado em até 48 (quarenta e oito) horas.
- [B] Recebendo a citação, o acusado deverá apresentar no prazo de 48 (quarenta e oito) horas corridas suas alegações de defesa prévia, podendo arguir as exceções de impedimento e suspeição, solicitar a realização de diligências e indicar no máximo 03 (três) testemunhas de defesa, assim como solicitar demais medidas previstas no Código de Processo Penal Militar.
- [C] A citação é o documento formal que tem por finalidade dar ciência ao militar estadual de que está sendo acusado em processo administrativo disciplinar de ter praticado transgressão disciplinar capitulada no anexo do Regulamento Disciplinar da Polícia Militar.
- [D] A partir do recebimento da citação, os princípios constitucionais do contraditório e ampla defesa amparam o acusado, sendo facultado, por isso mesmo, à autoridade militar responsável notificá-lo para que compareça às inquirições do ofendido e das testemunhas, onde o Sindicante fará abertura da palavra ao acusado e ou defensor, para que elabore perguntas e exerça o seu direito de contrapor argumentações.
- [E] O prazo de 05 (cinco) dias corridos para a entrega das alegações finais de defesa serão computados a partir do momento em que o acusado foi formalmente citado.

QUESTÃO 45

Sobre a produção de prova testemunhal no Processo Administrativo Disciplinar em trâmite na Polícia Militar de Mato Grosso, assinale a afirmativa correta.

- [A] Poderão recusar-se a depor como testemunhas os ascendentes, descendentes, afins em linha reta, o cônjuge, esse último exceto se desquitado.
- [B] O Sindicante poderá ouvir até três testemunhas, limite que, se não atendido, pode nulificar o procedimento em trâmite.
- [C] Poderão recusar-se a depor como testemunhas o irmão do Sindicado e pessoas que tenham com ele vínculo de adoção.
- [D] Após a prestação do depoimento, as partes poderão contestá-lo, no todo ou em parte, por intermédio do sindicante, que mandará consignar a arguição e a resposta da testemunha, sendo facultada a réplica a essa reposta.
- [E] O comparecimento de militar, assemelhado, ou funcionário público será requisitado ao Comandante-Geral da PMMT, pela autoridade que ordenar a notificação.

CONHECIMENTOS DE LEGISLAÇÃO DE INTERESSE POLICIAL MILITAR (CLIPM)

QUESTÃO 46

A perpetuação de graves violações de direitos humanos, originada da deficiência das políticas de segurança pública nas favelas do estado do Rio de Janeiro e agravada pela omissão estrutural do poder público em cumprir seus deveres constitucionais, reclama resposta multidimensional e coordenada dos três Poderes, a fim de implementar medidas concretas destinadas a reduzir a letalidade policial naquela unidade federativa. Nessa linha, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADPF 635/RJ, decidiu

- [A] o controle judicial das atividades policiais é tanto anterior quanto posterior, com isso o Judiciário pode definir previamente armamento ou contingente das operações; cabe às forças policiais avaliar a proporcionalidade do uso da força.
- [B] proibir o uso de helicópteros como plataformas de tiro.
- [C] determinar, no prazo de 365 dias, a instalação de câmeras em viaturas da Polícia Militar e Polícia Civil e nos uniformes de agentes da Polícia Civil durante operações ostensivas. A obrigatoriedade não se aplica a atividades sigilosas.
- [D] não reconhecer estado de coisas inconstitucional, entendendo que o estado do Rio de Janeiro já está comprometido com a cessação das violações e adoção de medidas estruturais.
- [E] determinar restrições territoriais à ação policial perto de escolas, creches e hospitais.

QUESTÃO 47

Para combater o crime organizado e violento de maneira eficaz, é indispensável que as forças de segurança atuem de forma integrada. Polícia Federal, Polícias Civis, Polícias Militares e Guardas Municipais devem coordenar ações e compartilhar informações, pois a realidade brasileira atual não permite que cada corporação trabalhe isoladamente. A propósito do assunto, o Supremo Tribunal Federal, tanto no RE 608.588/SP (tema 656) como na ADPF 995, decidiu que

- [A] é constitucional, no âmbito dos municípios, o exercício de ações de segurança urbana e rural pelas Guardas Municipais, inclusive policiamento ostensivo e comunitário.
- [B] a Guarda Municipal é órgão de segurança pública, integrante do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).
- [C] as Guardas Municipais não se submetem ao controle externo da atividade policial pelo Ministério Público, nos termos do artigo 129, inciso VII, da CF.
- [D] as Guardas Municipais não podem exercer ações típicas de segurança urbana inclusive de policiamento ostensivo, pois implica desrespeito às atribuições próprias da Polícia Militar, previstas no art. 144 da Constituição Federal.
- [E] dentro do leque de novas atribuições conferidas à Guarda Municipal, está a constitucionalização de sua atividade de polícia judiciária.

QUESTÃO 48

Acerca do regime jurídico do servidor e da contratação de pessoal pela Administração Pública sem a observância de prévia aprovação em concurso público, assinale a afirmativa correta.

- [A] É permitida a extensão, por decisão judicial, de direitos e vantagens dos servidores públicos efetivos aos contratados temporários, salvo expressa vedação legal e/ou contratual em sentido contrário.
- [B] Servidor público possui direito adquirido a regime jurídico ou forma de cálculo de rendimentos, desde que não acarrete decesso remuneratório, em observância ao princípio da irredutibilidade de vencimentos.
- [C] Os servidores temporários têm direito a benefícios, como 13º salário e férias remuneradas acrescidas do terço constitucional, salvo se houver vedação expressa legal ou contratual nesse sentido.
- [D] O simples desvirtuamento da contratação temporária pela Administração Pública, em razão de sucessivas e reiteradas renovações e/ou prorrogações do contrato temporário, não confere ao contratado direito ao décimo terceiro salário e às férias remuneradas acrescidas do terço constitucional.
- [E] As contratações temporárias realizadas em desconformidade com o artigo 37, IX, da Constituição não geram vínculos jurídicos válidos, exceto pelo direito ao salário e aos depósitos de FGTS.

QUESTÃO 49

De acordo com a Constituição Estadual de Mato Grosso, **NÃO** será admitido aumento de despesa nos projetos

- [A] sobre organização dos serviços administrativos do Governo do Estado.
- [B] sobre a remuneração dos servidores do Tribunal de Justiça e do Ministério Público.
- [C] de iniciativa privativa do Governador, ressalvado o disposto no art. 164, dessa Constituição.
- [D] de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais.
- [E] de lei de iniciativa privativa do Governador do Estado que fixem ou modifiquem os efetivos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar.

QUESTÃO 50

Acerca do controle externo, o qual é exercido pela Assembleia Legislativa, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, compete:

- [A] Apreciar as contas prestadas, anualmente, pelo Governador do Estado e pela Mesa da Assembleia Legislativa, mediante parecer prévio a ser elaborado em noventa dias, a contar de seu recebimento e enviado à Assembleia Legislativa para julgamento.
- [B] Apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na Administração Pública direta e indireta, do Poder Público Estadual ou Municipal, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.
- [C] Recomendar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, dentre outras cominações multas proporcionais ao vulto do dano causado ao erário.
- [D] Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da Administração Pública direta e indireta e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
- [E] Realizar, por iniciativa própria da Assembleia Legislativa, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias, de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo e Executivo, exceto no Poder Judiciário.

QUESTÃO 51

De acordo com a Constituição do estado de Mato Grosso, a Perícia Oficial e Identificação Técnica (POLITEC), na forma da lei complementar, ressalvada a competência da União, é incumbida de

- [A] prestar os trabalhos de perícia e identificação, sempre que requisitados por Presidente de Inquérito Civil, em qualquer fase de persecução penal.
- [B] desempenhar atividades educativas de prevenção de incêndios, pânico coletivos e de proteção ao meio ambiente.
- [C] realizar os trabalhos de perícia e identificação que serão prestados, e suas informações fornecidas, sempre que requisitados pelo Governador do estado, Presidente da Assembleia Legislativa ou Presidente do Tribunal de Justiça para fins de investigação criminal.
- [D] participar, no âmbito de sua competência, das ações estratégicas visando à segurança de edificações públicas e privadas e à garantia da cidadania.
- [E] realizar serviços de prevenção e extinção de incêndio.

QUESTÃO 52

Nos termos da Lei n.º 10.076/2014 do estado de Mato Grosso, assinale a afirmativa que **NÃO** impede o militar estadual de constar em qualquer Quadro de Acesso para fins de promoção.

- [A] Praça em gozo de licença para tratamento de saúde de pessoa da família por quatro meses, não consecutivos, nos últimos doze meses.
- [B] Oficial que esteja cumprindo sentença penal definitiva, ainda que em regime aberto.
- [C] Praça que se encontre interdita judicialmente.
- [D] Militar que, até a data prevista para as promoções, atinge a idade-limite para permanência no serviço ativo.
- [E] Militar submetido a processo administrativo de natureza demissória.

Instrução: Sobre a perspectiva do Estatuto dos Militares do estado de Mato Grosso, Lei Complementar n.º 555, de 29 de dezembro de 2014, de acordo com o caso abaixo, responda às questões 53, 54 e 55.

O soldado PM Guerra ingressou em 2021, por concurso, e completou três anos de efetivo serviço em 2024. Em março de 2025, foi classificado para um curso de especialização em outro estado e requereu licença para qualificação por 12 meses. Já estável, recebeu convocação em seu dia de folga para atuar em grande protesto urbano, sem direito à jornada extraordinária. Durante o serviço, foi escalado das 22h às 5h sem receber adicional noturno. O sargento supervisor, em público, dirigiu-lhe críticas reiteradas e humilhantes. Guerra representou contra o sargento por abuso moral. Após discussão acalorada, Guerra foi preso em flagrante por desacato e permaneceu em cela comum da delegacia civil. A defesa alegou violação do direito de recolhimento a dependência especial antes do trânsito em julgado. No mesmo processo, questionou-se se Guerra, ao passar voluntariamente à reserva, poderia usar uniforme em ato político-partidário.

QUESTÃO 53

Sobre a estabilidade de Guerra, à luz do Estatuto, é correto afirmar que

- [A] depende somente de estágio probatório de dois anos, mesmo sem três anos de efetivo serviço.
- [B] adquire após cinco anos de efetivo serviço.
- [C] aperfeiçoa-se com três anos de efetivo serviço, salvo suspensão da contagem por processo administrativo demissório.
- [D] exige promoção prévia à graduação de cabo.
- [E] requer ato homologatório específico do Governador após quatro anos de serviço.

QUESTÃO 54

Quanto à licença para qualificação profissional requerida por Guerra, o Estatuto estabelece que

- [A] só pode ser concedida sem remuneração e com ônus integral para o militar.
- [B] exige estabilidade prévia e mantém o subsídio, contando tempo de serviço, devendo o militar servir por período mínimo igual ao da licença ou ressarcir o erário.
- [C] independe de interesse da Administração, bastando aprovação em curso reconhecido.
- [D] dispensa autorização do Governador quando o curso for fora do Estado.
- [E] pode ultrapassar 24 meses, desde que fracionada em períodos de 6 meses.

QUESTÃO 55

A convocação de Guerra para atuar no protesto, em dia de folga, configura-se, segundo o Estatuto, como

- [A] jornada extraordinária, porém sem direito à indenização, por tratar-se de serviço noturno.
- [B] jornada extraordinária, fazendo jus à indenização correspondente.
- [C] jornada administrativa, sujeita ao limite de 195 horas mensais.
- [D] serviço extraordinário obrigatório, mas compensável exclusivamente em banco de horas.
- [E] situação excluída da categoria de jornada extraordinária, pois se enquadra na hipótese de greves, protestos ou mobilizações que causem grave perturbação da ordem pública.

QUESTÃO 56

À luz da redação vigente da Lei n.º 10.076/2014, com as alterações introduzidas pela LC 555/2014, assinale o único oficial que poderá ser promovido ao posto de Tenente-Coronel até 31 de dezembro de 2025 sem ter concluído o Curso de Aperfeiçoamento na Área de Saúde (CAAS) – ou curso equivalente – e sem infringir qualquer outro requisito legal.

- [A] Major QOS, dentista, que ingressou na Instituição em 2016, ainda sem CAAS.
- [B] Capitão QOS, médico, promovido a capitão em 21 de dezembro de 2018, ainda sem CAAS.
- [C] Major QOS, dentista, já integrante da Corporação em 31 de março de 2014, ainda sem CAAS.
- [D] Capitão QCOPM, dentista, promovido a capitão em 18 de setembro de 2020, sem o CAGesP.
- [E] Major QOPM, sem o Curso de Estudos de Comando e Estado-Maior (ECem).

QUESTÃO 57

À luz do Capítulo III – *Das Competências e Atribuições Organizacionais* – da Lei Complementar n.º 386/2010 (consolidada até a LC 806/2024), analise as assertivas.

- I. Compete ao Comandante-Geral aprovar o Regulamento Geral da Instituição, após a apreciação do Conselho Superior de Polícia.
- II. Compete ao Comandante-Geral decidir, em grau de recurso, questões administrativas.
- III. Compete ao Conselho Superior de Polícia sugerir propostas que alterem a estrutura organizacional da Instituição.
- IV. Compete ao Conselho Superior de Polícia traçar as diretrizes gerais do Comando-Geral e as políticas setoriais da Polícia Militar.
- V. Compete ao Comandante-Geral examinar a política estadual de segurança pública e apresentar soluções para o seu aperfeiçoamento.

Estão corretas as assertivas

- [A] III, IV e V.
- [B] I, II e IV.
- [C] II, III e V.
- [D] I, IV e V.
- [E] I, II e III.

QUESTÃO 58

Com base no Capítulo IV – *Do Quadro de Pessoal* – da Lei Complementar n.º 386/2010 (redação vigente após a LC 806/2024), assinale a alternativa que reproduz integralmente o que dispõe o referido capítulo.

- [A] Cabe ao Governador do Estado, mediante lei, criar, extinguir ou transformar órgãos de execução da Corporação, desde que observado o limite máximo de efetivo fixado em regulamento.
- [B] As funções de Corregedor-Geral da Polícia Militar, de todos os Diretores da Instituição e de Comandantes Regionais e de Policiamento Especializado são reservadas a oficiais da ativa, no último posto do Quadro de Oficiais do Estado-Maior (QOEM).
- [C] O Comando-Geral da Polícia Militar, por ato próprio, pode contratar pessoal civil para qualquer serviço, inclusive aqueles de natureza militar, desde que inexistente efetivo disponível.
- [D] Todos os cargos e funções elencados no Capítulo IV podem ser exercidos por policiais militares da reserva remunerada, desde que voluntários e convocados pelo Comandante-Geral.
- [E] As competências dos órgãos descritos na Lei Complementar serão fixadas em Portaria Conjunta do Comandante-Geral e do Secretário de Segurança Pública.

QUESTÃO 59

Quanto às disposições do Título I – *Generalidades do Regulamento de Movimentação para Oficiais e Praças da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso* (Decreto n.º 591/1980), assinale a afirmativa correta.

- [A] A modalidade “classificação” ocorre unicamente quando o policial-militar conclui curso ou estágio, não se aplicando em caso de promoção ou reversão.
- [B] A modalidade “transferência” somente pode ser efetivada por interesse próprio do policial-militar, sendo vedada quando motivada por necessidade do serviço.
- [C] Para efeitos do Regulamento, a movimentação limita-se à designação de novo cargo, sem abranger mudança de Quadro, de Organização Policial-Militar (OPM) ou de Fração de OPM.
- [D] A situação “agregado” caracteriza-se pelo afastamento do policial-militar de sua vaga na escala hierárquica, mantendo-o sem número no respectivo Quadro, conforme definido no Estatuto dos Policiais-Militares.
- [E] O ato de reversão previsto no parágrafo único do art. 6.º é considerado modalidade de movimentação denominada “classificação”.

QUESTÃO 60

De acordo com o Capítulo I – Das Normas Gerais do Regulamento de Uniformes da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso (RUPM-MT), assinale a afirmativa correta.

- [A] Em reuniões ou manifestações de caráter político-partidário, o policial militar só poderá comparecer fardado ou ostentando o distintivo padrão se estiver em serviço.
- [B] É permitido ao policial militar alterar características do uniforme, desde que obtenha anuência de seu comandante imediato.
- [C] O uso de uniformes pelos oficiais da Reserva Remunerada é terminantemente proibido, salvo autorização expressa do Governador do estado.
- [D] Os alamares devem ser usados no ombro direito pelos oficiais que exerçam funções de Estado-Maior Geral.
- [E] Quando armado de espada, o policial militar pode optar por não utilizar luvas, desde que mantenha a mão direita descoberta para o cumprimento.

CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS (CP)

QUESTÃO 61

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/1990 e alterações) prevê a aplicação de medidas de proteção à criança ou ao adolescente vítima de violência ou abuso imposto pelos pais ou responsável. Sobre tais medidas, é correto afirmar:

- [A] O afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar é de competência da autoridade judiciária ou do Conselho Tutelar e importará na deflagração de procedimento judicial ou administrativo, a depender do caso, no qual se garanta aos pais ou ao responsável legal o exercício do contraditório e da ampla defesa.
- [B] O afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar é de competência exclusiva da autoridade judiciária e importará na deflagração de procedimento judicial contencioso, no qual se garanta aos pais ou ao responsável legal o exercício do contraditório e da ampla defesa.
- [C] O afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar pode ser decretado de ofício pela autoridade judiciária competente, independentemente de pedido do Ministério Público ou de outro interessado.
- [D] O afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar é de competência do Conselho Tutelar, que determinará o acolhimento institucional ou o acolhimento familiar como medida aplicável, para posterior homologação pela autoridade judiciária.
- [E] O afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar, por meio de acolhimento institucional ou de acolhimento familiar, tem natureza de medida definitiva que visa à transição para colocação em família substituta.

Instrução: Leia o trecho e responda às questões 62 e 63.

A Lei n.º 11.340/2006 e alterações, conhecida como Lei Maria da Penha, ao dispor sobre medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor, em seu artigo 22 *caput*, prescreve:

“Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras: (...)”.

QUESTÃO 62

Encontrando-se o agressor na condição de integrante de forças policiais, com uso de arma de fogo em serviço, a medida protetiva de urgência prevista na lei em comento é a

- [A] suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente.
- [B] proibição da posse ou porte de armas, com comunicação ao órgão competente.
- [C] cassação da posse ou porte de armas, com comunicação ao órgão competente.
- [D] busca e apreensão das armas, que ficarão sob custódia da autoridade judiciária.
- [E] busca e apreensão das armas, que ficarão sob custódia do órgão ministerial.

QUESTÃO 63

Conforme a legislação em exame, para garantir a efetividade da medida protetiva de urgência, a proibição de aproximação ou contato do agressor com a ofendida poderá ser cumulada com a

- [A] sujeição do agressor à monitoração eletrônica, disponibilizando-se à vítima dispositivo de segurança que alerte sobre sua eventual aproximação.
- [B] inclusão da vítima em programa federal de assistência a pessoas ameaçadas, devido à sua colaboração com a investigação ou processo criminal.
- [C] disponibilização de escolta policial em favor da vítima, independentemente de comunicação ao Ministério Público.
- [D] disponibilização de segurança privada em favor da vítima, com custeio público, desde que haja anuência do Ministério Público.
- [E] ordem de comparecimento diário do agressor perante a autoridade policial, sem prejuízo da monitoração eletrônica.

QUESTÃO 64

De acordo com as disposições acerca de competência e atos processuais nos Juizados Especiais Criminais (Lei n.º 9.099/1995), assinale a assertiva correta.

- [A] A competência do Juizado será determinada pelo local de domicílio da vítima da infração penal.
- [B] O Juizado tem competência para a conciliação e o julgamento das infrações penais de menor potencial ofensivo, mas não lhe compete a atuação na fase de execução penal.
- [C] Os atos processuais serão válidos sempre que preencherem as finalidades para as quais foram realizados, atendidos os critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade.
- [D] Os atos processuais serão públicos e realizados, exclusivamente, em horário diurno nos dias úteis da semana.
- [E] Não encontrado o acusado para ser citado, o Juiz determinará a citação por edital e, em caso de decretação de revelia, designará defensor público para representar o réu.

QUESTÃO 65

Entre os crimes contra a Administração Ambiental, a Lei n.º 9.605/1998, em sua redação vigente, prescreve:

Art. 69-A. Elaborar ou apresentar, no licenciamento, concessão florestal ou qualquer outro procedimento administrativo, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão: (Incluído pela Lei nº 11.284, de 2006)

Sobre o referido tipo penal, é correto afirmar:

- [A] A substituição do estudo, laudo ou relatório falso por documento verdadeiro, no curso do processo penal, é causa de extinção da punibilidade.
- [B] A pena máxima prevista é de reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa.
- [C] É considerado crime próprio, pois é praticado, exclusivamente, por aquele que se enquadra como funcionário público, para os efeitos penais.
- [D] É admitido apenas na modalidade dolosa.
- [E] É previsto aumento de pena se houver dano significativo ao meio ambiente decorrente do uso da informação falsa, incompleta ou enganosa.

QUESTÃO 66

Nos termos da Lei n.º 11.343/2006, conhecida como Lei de Drogas, para efeito da lavratura do auto de prisão em flagrante e estabelecimento da materialidade do delito, é correto afirmar:

- [A] É indispensável o laudo de constatação da natureza e quantidade da droga, firmado, exclusivamente, por perito oficial.
- [B] É indispensável o laudo de constatação da natureza e quantidade da droga, firmado por perito oficial, na presença de 2 (duas) testemunhas.
- [C] É suficiente o laudo de constatação da natureza e quantidade da droga, firmado por perito oficial ou, na falta deste, por pessoa idônea.
- [D] É suficiente o laudo de constatação da natureza e quantidade da droga, firmado por perito oficial, que ficará impedido de participar da elaboração do laudo definitivo.
- [E] É suficiente o laudo de constatação da natureza e quantidade da droga, firmado por pessoa idônea, que deverá subscrever, em conjunto com o perito oficial, o laudo definitivo.

Instrução: Leia o excerto e responda às questões 67 e 68.

A fiscalização de trânsito, parte integrante do esforço legal, conjugada às ações de operação de trânsito, de engenharia de tráfego e de educação para o trânsito, é uma ferramenta de suma importância na busca de convivência pacífica entre usuários das vias.

As ações de fiscalização influenciam diretamente na segurança viária e fluidez do trânsito, contribuindo para a efetiva mudança de comportamento dos usuários das vias, e de forma específica, dos infratores, por meio de ações preventivas, aplicação de medidas administrativas e imposição de sanções, propiciando a eficácia da norma jurídica.

Nesse contexto, o papel dos órgãos e entidades do SNT (Sistema Nacional de Trânsito) é desenvolver atividades voltadas à melhoria da qualidade de vida da população, atuando como facilitador da mobilidade sustentável, norteando-se, dentre outros, pelos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

(CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO, Manual Brasileiro de Fiscalização De Trânsito/2022, Disponível em: <https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/transito/conteudo-contran/resolucoes/mbvt20222.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2025.)

QUESTÃO 67

Tendo em vista as normas do Código de Trânsito Brasileiro (Lei n.º 9.503/1997 e alterações) acerca da aplicação de medidas administrativas pelas autoridades de trânsito ou seus agentes, analise as afirmativas.

- I. A realização de exames de aptidão física, mental, de legislação, de prática de primeiros socorros e de direção veicular é uma das medidas administrativas estabelecidas em lei.
- II. As medidas de recolhimento da Carteira Nacional de Habilitação, da Permissão de Dirigir, do Certificado de Registro e do Certificado de Licenciamento Anual, no caso de documentos em meio digital, serão realizadas por meio de registro no Renach ou Renavam, conforme o caso.
- III. Nos casos expressos de retenção de veículo que ofereça condições de circulação, quando não for possível sanar a falha no local da infração, é obrigatória a sua remoção até que o condutor comprove a regularização da situação.
- IV. O condutor de veículo automotor envolvido em sinistro de trânsito ou que for alvo de fiscalização de trânsito poderá ser submetido à realização de teste de dosagem de alcoolemia, mas a perícia de substância entorpecente não é prevista como medida administrativa, pois depende de prévia ordem judicial.

Estão corretas as afirmativas

- [A] I, II e III, apenas.
- [B] III e IV, apenas.
- [C] I, II e IV, apenas.
- [D] I e II, apenas.
- [E] II e IV, apenas.

QUESTÃO 68

Segundo o disposto no Código de Trânsito Brasileiro (Lei n.º 9.503/1997 e alterações), as medidas administrativas não elidem a aplicação das penalidades impostas por infrações de trânsito, possuindo caráter complementar a estas.

Neste sentido, no caso hipotético de fuga do condutor à ação policial para não submeter veículo à pesagem obrigatória nos pontos de pesagem, fixos ou móveis, quais as sanções e medidas administrativas cabíveis de imediato?

- [A] Multa por infração grave; retenção do veículo e liberação a outro condutor habilitado; suspensão do direito de dirigir e recolhimento do documento de habilitação.
- [B] Multa por infração gravíssima; apreensão e remoção do veículo; suspensão do direito de dirigir e recolhimento do documento de habilitação.
- [C] Multa por infração grave; apreensão e remoção do veículo; suspensão do direito de dirigir e recolhimento do documento de habilitação.
- [D] Multa por infração gravíssima; apreensão e remoção do veículo; cassação da Carteira Nacional de Habilitação.
- [E] Multa por infração gravíssima; retenção do veículo e liberação a outro condutor habilitado; cassação da Carteira Nacional de Habilitação.

QUESTÃO 69

Considerando o disposto na Lei nº 9.605/1998 e alterações, conhecida como Lei de Crimes Ambientais, quanto à responsabilidade das pessoas jurídicas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () As pessoas jurídicas serão responsabilizadas nas searas administrativa e civil, mas a responsabilização penal somente é imputada às pessoas físicas que cometem atos lesivos ao meio ambiente.
- () São penas aplicáveis isolada, cumulativa ou alternativamente às pessoas jurídicas: multa; pena restritiva de direitos e prestação de serviços à comunidade.
- () É pena restritiva de direitos imputável à pessoa jurídica a proibição de contratar com o Poder Público e dele obter subsídios, subvenções ou doações, por um prazo de até dez anos.
- () É cabível a pena de suspensão total de atividades de pessoa jurídica que não obedecer às disposições legais ou regulamentares, relativas à proteção do meio ambiente, mas é vedada a decretação de sua liquidação forçada.

Assinale a sequência correta.

- [A] V, F, F, V
- [B] F, V, F, F
- [C] V, F, V, V
- [D] F, F, V, V
- [E] F, V, V, F

QUESTÃO 70

Leia a seguinte lição doutrinária:

A ação controlada trata de uma medida incidental ao inquérito policial, se revelando tanto como técnica especial de investigação criminal, como meio de prova no inquérito policial e no processo penal.

Por meio dela se busca a prova da materialidade e autoria de infrações penais graves, de difícil comprovação. Consiste a medida no retardamento da devida intervenção policial sobre uma conduta criminosa, com a finalidade de se obter a maior quantidade e qualidade de prova a fim de possibilitar a plena responsabilização criminal de todos os agentes envolvidos com o fato.

(MILTON FORNAZARI JUNIOR, Ação controlada. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/415/edicao-1/acao-controlada>. Acesso em: 14 jul. 2025.)

Sobre a medida versada no texto, com base nas disposições da Lei de Drogas (Lei n.º 11.343/2006), assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- [A] A autorização judicial será concedida desde que sejam conhecidos o itinerário provável e a identificação dos agentes do delito ou de seus colaboradores.
- [B] Tem por finalidade identificar e responsabilizar o maior número de integrantes de operações de tráfico e distribuição, sem prejuízo da ação penal cabível.
- [C] É descrita como a não atuação policial sobre os portadores de drogas, seus precursores químicos ou outros produtos utilizados em sua produção.
- [D] É permitida para localizar os produtores e fornecedores de entorpecentes, inclusive quando não se encontrem em território brasileiro.
- [E] É definida como procedimento investigatório a ser desencadeado, em qualquer fase da persecução criminal, mediante autorização judicial e ouvido o Ministério Público.

QUESTÃO 71

Consoante exposto na Lei n.º 10.826/2003, conhecida como Estatuto do Desarmamento, o proprietário ou diretor responsável de empresa de segurança e transporte de valores que deixar de registrar ocorrência policial e de comunicar à Polícia Federal perda, furto, roubo ou outras formas de extravio de arma de fogo, acessório ou munição que estejam sob sua guarda, nas primeiras 24 (vinte quatro) horas depois de ocorrido o fato, incorre, nas mesmas penas, do seguinte crime:

- [A] Posse irregular de arma de fogo.
- [B] Posse ilegal de arma de fogo.
- [C] Negligência qualificada.
- [D] Omissão de cautela.
- [E] Omissão negligente.

QUESTÃO 72

O artigo 20 da Lei n.º 7.716/1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, em sua redação atualizada, prescreve:

Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

Pena: reclusão de um a três anos e multa.

De acordo com as demais disposições legais aplicáveis aos crimes definidos no referido artigo, analise as afirmativas.

- I. Se qualquer dos crimes for cometido por intermédio dos meios de comunicação social, de publicação em redes sociais, da rede mundial de computadores ou de publicação de qualquer natureza, a pena fixada é de reclusão de dois a cinco anos e multa.
- II. Se qualquer dos crimes for cometido no contexto de atividades esportivas, religiosas, artísticas ou culturais destinadas ao público, além da pena de reclusão, é prevista a proibição de frequência, por 3 (três) anos, aos locais onde as referidas atividades são praticadas em público, conforme o caso.
- III. As penas serão reduzidas de 1/3 (um terço) até a metade, quando ocorrerem em contexto ou com intuito de descontração, diversão ou recreação.
- IV. As penas serão aumentadas de 1/3 (um terço) até a metade, quando os crimes forem praticados por funcionário público, conforme definição prevista no Código Penal, no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las.

Estão corretas as afirmativas

- [A] I, II, III e IV.
- [B] I, II e IV, apenas.
- [C] I, II e III, apenas.
- [D] II e IV, apenas.
- [E] III e IV, apenas.

QUESTÃO 73

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26, concluído em Plenário em 13/06/2019, entendeu que a homofobia e a transfobia, qualquer que seja a forma de sua manifestação, por traduzirem expressões de racismo em sua dimensão social, ajustam-se, por identidade de razão e mediante adequação típica, aos preceitos primários de incriminação definidos na Lei n.º 7.716, de 08/01/1989.

Sobre o referido entendimento, é correto afirmar:

- [A] A homotransfobia constitui espécie de racismo social que encontra respaldo na Lei n.º 7.716/1989, por força de legislação autônoma criada pelo Supremo Tribunal Federal.
- [B] O julgamento do Supremo Tribunal Federal decreta a mora do Congresso Nacional no sentido de implementar os mandados de criminalização definidos nos incisos XLI e XLII do art. 5º da Constituição Federal, mas, enquanto não for criada legislação específica, as condutas homofóbicas e transfóbicas, reais ou supostas, permanecem descriminalizadas.
- [C] O julgamento do Supremo Tribunal Federal teve repercussão prática apenas até o legislador positivar, de modo expresse, o crime de homotransfobia, por ocasião da reforma da Lei n.º 7.716/1989, por meio da Lei n.º 14.532/2023.
- [D] O julgamento do Supremo Tribunal Federal carece de efetividade, visto que a Corte não detém legitimidade para atuar como legislador positivo criando tipo penal em ofensa ao princípio da legalidade estrita (lei proveniente do Poder Legislativo).
- [E] A homotransfobia constitui espécie de racismo social que encontra respaldo na Lei n.º 7.716/1989, por força da interpretação conforme a Constituição Federal dada pelo Supremo Tribunal Federal, até que sobrevenha legislação autônoma.

QUESTÃO 74

Quanto à idade mínima estabelecida na Lei n.º 10.826/2003 para aquisição de arma de fogo e às ressalvas legais à regra geral, é correto afirmar:

- [A] É vedado ao menor de 25 (vinte e cinco) anos adquirir arma de fogo, ressalvados os integrantes das Forças Armadas, Força Nacional de Segurança Pública, guardas municipais, agentes operacionais de inteligência e segurança institucional da Presidência da República, órgãos policiais, e carreiras fiscais.
- [B] É vedado ao menor de 25 (vinte e cinco) anos adquirir arma de fogo, ressalvados os integrantes das Forças Armadas, Força Nacional de Segurança Pública, guardas municipais, agentes operacionais de inteligência e segurança institucional da Presidência da República, órgãos policiais, carreiras fiscais e empresas de segurança privada e de transporte de valores constituídas.
- [C] É vedado ao menor de 25 (vinte e cinco) anos adquirir arma de fogo, ressalvados os integrantes das Forças Armadas, Força Nacional de Segurança Pública, guardas municipais, agentes operacionais de inteligência e segurança institucional da Presidência da República, órgãos policiais, carreiras fiscais e empresas de segurança privada e de transporte de valores constituídas, bem como os residentes em áreas rurais que comprovem depender do emprego de arma de fogo para prover sua subsistência alimentar familiar.
- [D] É vedado ao menor de 25 (vinte e cinco) anos adquirir arma de fogo, ressalvados os integrantes das Forças Armadas, Força Nacional de Segurança Pública, guardas municipais, agentes operacionais de inteligência e segurança institucional da Presidência da República, órgãos policiais, carreiras fiscais e carreiras do Poder Judiciário e do Ministério Público.
- [E] É vedado ao menor de 25 (vinte e cinco) anos adquirir arma de fogo, ressalvados os integrantes das Forças Armadas, Força Nacional de Segurança Pública, guardas municipais, agentes operacionais de inteligência e segurança institucional da Presidência da República, órgãos policiais, carreiras fiscais e carreiras do Poder Judiciário e do Ministério Público, bem como os residentes em áreas rurais que comprovem depender do emprego de arma de fogo para prover sua subsistência alimentar familiar.

QUESTÃO 75

Extraí-se do Módulo I do Manual de Procedimento Operacional Padrão (POP) da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso (PMMT) que deve ser observada uma sequência de ações para resgate de policial ferido em situações de confronto, para fins de neutralização rápida e adequada de ameaças imediatas antes de dar início ao Protocolo de Atendimento Pré-Hospitalar Policial - MARC 1.

Neste contexto, analise as ações descritas a seguir:

1. Em havendo policiais feridos no X, estabelecer um contato e iniciar o auxílio remoto.
2. Equipe Policial Militar deverá identificar e neutralizar ameaças imediatas de forma seletiva e proporcional.
3. Equipe Policial Militar deverá se abrigar imediatamente, saindo e/ou se afastando do local do confronto.
4. Estabelecer comunicação da equipe policial com o CIOSP e/ou demais viaturas na rede rádio, informando “policial ferido / confronto / solicito apoio”.
5. Em caso de Policial Militar inconsciente ou impossibilitado de realizar seu autoatendimento, este deverá ser extraído para um local seguro, de maneira rápida e deliberada para receber o atendimento.
6. Fazer cobertura da “área quente”, estabelecendo um perímetro de segurança, evitando ameaças secundárias eventuais.
7. Extrair o policial ferido para local de atendimento secundário.
8. Caso o Policial ferido esteja longe de um local seguro (mais de 20 segundos de arrasto), poderá ser realizada uma triagem rápida no X para contenção do sangramento massivo de extremidades através do uso do torniquete.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta das ações em conformidade com os procedimentos previstos no referido Protocolo.

- [A] 2, 4, 3, 1, 6, 8, 5, 7
- [B] 4, 3, 2, 1, 6, 8, 7, 5
- [C] 3, 4, 2, 6, 1, 5, 8, 7
- [D] 3, 2, 4, 6, 1, 5, 7, 8
- [E] 4, 3, 1, 2, 6, 7, 5, 8

QUESTÃO 76

O Módulo II do Manual de Procedimento Operacional Padrão (POP) da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso (PMMT) prescreve procedimentos comuns nas abordagens. Em relação às orientações para busca pessoal e busca pessoal minuciosa, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- [A] A busca pessoal minuciosa é realizada em ambiente fechado onde o cidadão deverá se despir para que suas vestes sejam cuidadosamente verificadas e, posteriormente, seus cabelos, partes íntimas e demais cavidades do corpo (boca, ouvido, nariz).
- [B] O policial militar deve utilizar, de forma prioritária, as apalpações para detectar objetos e realizar verificações externas de bolsos em geral.
- [C] O policial militar deve verificar se não há cheiro característico de substância entorpecente nas mãos da pessoa submetida à busca pessoal.
- [D] A sequência da busca deve priorizar os locais onde há maior facilidade de saque ou possibilidade de esconder objetos que ofereçam risco à segurança da guarnição.
- [E] O policial militar deve seguir a sequência da busca pessoal, de forma que não perca o sentido do deslizamento pelo corpo da pessoa, em fundada suspeita ou infratora da lei.

QUESTÃO 77

Com base nos Procedimentos Diversos previstos no Módulo III do Manual de Procedimento Operacional Padrão (POP) da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso (PMMT), em relação ao planejamento do bloqueio policial na via pública, analise as afirmativas.

- I. A atividade policial militar deve ser planejada com base nas estatísticas do tipo de delito a ser combatido, observando o local, dias da semana, dias do mês, horário de maior incidência criminal, valendo-se, dentre outros elementos, do princípio de Pareto.
- II. O princípio de Pareto preconiza que o administrador deve combater as causas mais evidentes de problemas, utilizando-se da maior parte de seus recursos disponíveis, visando à diminuição real dessas falhas.
- III. Na atividade policial militar, o princípio de Pareto deve ser empregado com foco em novos recursos, em especial nas operações, buscando os locais e horários de maior incidência criminal, com o objetivo de alcançar maior eficácia e consequente otimização dos meios humanos e materiais.
- IV. Os objetivos do bloqueio devem constar do planejamento, com a programação do dia, horário e duração da operação, atentando-se para evitar a formação de congestionamentos e longa permanência no mesmo lugar, podendo ser de fiscalização (administrativa) ou ainda de repressão a ações criminosas (abordagem em fundada suspeita ou infrator da lei).

Estão corretas as afirmativas

- [A] I, II, III e IV.
- [B] I, II e III, apenas.
- [C] I, II e IV, apenas.
- [D] II e III, apenas.
- [E] III e IV, apenas.

QUESTÃO 78

Sobre a conduta definida na Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei n.º 3.688/1941) como “praticar vias de fato contra alguém”, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () É cominada pena de prisão simples, de quinze dias a três meses, ou multa, se o fato não constituir crime.
- () Aumenta-se a pena de 1/3 (um terço) até a metade se a vítima é maior de 60 (sessenta) anos.
- () Se a contravenção é praticada contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, aplica-se a pena em dobro.
- () Considera-se que há razões da condição do sexo feminino quando a infração penal envolver violência doméstica e familiar, menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

Assinale a sequência correta.

- [A] V, F, V, F
- [B] F, F, V, F
- [C] V, V, F, V
- [D] F, V, F, V
- [E] V, F, V, V

QUESTÃO 79

Sobre as características do policiamento ostensivo descritas no Manual Básico de Policiamento Ostensivo (PMESP – M14, 1997), considere as afirmativas a seguir:

1. As operações policiais militares, destinadas a suprir exigências não atendidas pelo policiamento existente em determinados locais, poderão ser executadas _____, em caráter supletivo, por meio de _____ - concentração maciça de pessoal e material para fazer frente à inquietante situação temporária, sem prejuízo para o plano de policiamento.
2. As atividades de policiamento ostensivo desenvolvem-se dentro dos limites que a lei estabelece. O exercício do poder de polícia é _____, mas não arbitrário. Seus parâmetros são a própria Lei, em especial os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal.
3. Ação de presença real consiste na presença física do policial militar, agindo por dissuasão nos locais onde a probabilidade de ocorrência seja grande. Ação de presença _____ é a capacidade de o policiamento ostensivo, num espaço de tempo mínimo (tempo de resposta), acorrer a local onde uma ocorrência policial militar é iminente ou já se tenha verificado.

Assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas.

- [A] 1. continuamente; saturação;
2. discricionário;
3. intensiva.
- [B] 1. continuamente; dispersão;
2. regulatório;
3. potencial.
- [C] 1. esporadicamente; dispersão;
2. discricionário;
3. extensiva.
- [D] 1. esporadicamente; disseminação;
2. regulatório;
3. potencial.
- [E] 1. esporadicamente; saturação;
2. discricionário;
3. potencial.

QUESTÃO 80

Quanto aos princípios de policiamento ostensivo previstos no Manual Básico de Policiamento Ostensivo (PMESP – M14, 1997), numere a coluna da direita de acordo com a da esquerda.

- | | | |
|-------------------|--------|--|
| 1. Isenção | () | As atividades policiais militares se desenvolvem para a preservação da ordem pública, tomada no seu sentido amplo. O cometimento de tarefas policiais militares específicas não desobriga o PM do atendimento de outras ocorrências, que presencie ou para o qual seja convocado. |
| 2. Universalidade | | |
| 3. Aplicação | | |
| 4. Profundidade | | |
| 5. Antecipação | () | O policiamento ostensivo fardado, por ser uma atividade facilmente identificada pelo uniforme, exige atenção e atuação ativas de seus executantes, de forma a proporcionar o desestímulo ao cometimento de atos antissociais, pela atuação preventiva. A omissão, o desinteresse e a apatia são fatores geradores de descrédito e desconfiança, por parte da comunidade, e revelam falta de preparo individual e de espírito de corpo. |
| | () | No exercício profissional, o policial militar, por meio de condicionamento psicológico, atuará sem demonstrar emoções ou concepções pessoais. Não deverá haver preconceitos quanto à profissão, nível social, religião, raça, condição econômica ou posição política das partes envolvidas. |
| | () | A fim de ser estabelecido e alcançado o espírito predominantemente preventivo do policiamento ostensivo, devem ser adotadas providências táticas e técnicas, destinadas a minimizar a surpresa, fazendo face ao fenômeno da evolução da criminalidade, caracterizando, em consequência, um clima de segurança na coletividade. |
| | () | A cobertura de locais de risco não ocupados e (ou) o reforço a pessoal empenhado devem ser efetivados ordenadamente, seja pelo judicioso emprego da reserva, seja pelo remanejamento dos recursos imediatos, ou mesmo, se necessário, pelo progressivo e crescente apoio, que assegura o pleno exercício da atividade. |

Marque a sequência correta.

- [A]** 4, 3, 1, 5, 2
[B] 2, 5, 4, 3, 1
[C] 4, 5, 3, 1, 2
[D] 2, 3, 1, 5, 4
[E] 3, 1, 2, 5, 4

EM BRANCO



Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Segurança Pública
Polícia Militar

EDITAL N.º 009/DEIP/PMMT/2025

FOLHA DE ANOTAÇÃO DO CANDIDATO

Questão	Alternativa
01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

Questão	Alternativa
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	

Esta folha é destinada para uso EXCLUSIVO do candidato.